

O despertar da e-Escola pública

Timidamente, a tecnologia começa a entrar na escola pública brasileira. E algumas iniciativas, como os novos cursos de licenciatura e pós-graduação que utilizam soluções de ensino a distância, na USP, mostram que a novidade começa a quebrar antigas resistências.

No Brasil, quando se mede a qualidade da Educação, ainda é clara a superioridade das escolas particulares. Mas, quando o assunto é o uso da tecnologia como ferramenta na formação de professores ou na transmissão de conteúdos, em aulas presenciais ou projetos de educação a distância (EAD), o desequilíbrio não é mais tão grande. Há até casos em que instituições da rede pública, sejam do ensino fundamental, médio, técnico ou universitário, superam as particulares, como atestam estudos da Secretaria de Ensino a Distância (Seed), do MEC, e da Unesco.

O titular da Seed, Carlos Eduardo Bielschowsky, considera que, na rede pública, o ensino técnico de nível médio na modalidade a distância e semipresencial avança de maneira surpreendente, graças, especialmente, à Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil), que, criada há dez anos, já congrega 42 instituições federais e sete estaduais por todo o país. No total, segundo ele, cerca de 20.500 alunos são atendidos em 167 polos implantados, dos quais 40 nos estados do Nordeste; 57 no Sul; 28 no Norte; 23 no Sudeste; e 19 no Centro-Oeste. Com a expansão da modalidade, a meta do MEC, até o final de 2010, é beneficiar cerca de 100 mil alunos com o e-Tec, no qual o governo investiu R\$ 41,97 milhões em 2009.

A colaboração das universidades

“O conservadorismo, em alguns casos, ainda prevalece, retardando mudanças na metodologia

de ensino e de pesquisa, ainda muito calcada no modelo presencial — para aulas, seminários, elaboração e apresentação de dissertações”, admite o professor Gil da Costa Marques, da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) da USP. Mas ele mesmo concorda que a resistência vem cedendo às evidências de que a tecnologia é uma grande aliada dos pesquisadores.

De cinco anos para cá, as universidades apertaram o passo, atuando não apenas como usuárias, mas como geradoras do conhecimento tecnológico aplicado ao ensino e à pesquisa. A própria USP, centro de excelência em pesquisa, mas, tradicionalmente, arredia a mudanças, dá sinais de que os tempos são outros. A universidade acaba de tirar do papel o projeto que começou a ser pensado seis anos antes: o primeiro curso de licenciatura em ciências, além de outros sete cursos de pós-graduação, utilizando o ensino a distância. O modelo é híbrido, conciliando aulas presenciais e online. Cerca de 70% das aulas são ministradas por tutores, via Internet. Os alunos não estão dispensados, porém, dos exames em regime presencial, e, periodicamente, de procurarem os pólos para ouvir ou fazer palestras e seminários. Mas, para o estilo cauteloso da USP, já é um avanço gigantesco.

“O modelo que mistura aulas presenciais e remotas nos parece o ideal, sobretudo em áreas específicas do conhecimento. E é sempre bom caminhar com pleno reconhecimento do

Carlos Eduardo,
da Secretaria
de Ensino a
Distância: 20.500
alunos atendidos
em 167 polos
implantados por
todo o país.



Zemite Machado/folha dirigida

terreno no qual se está pisando”, recomenda o coordenador do CTI, que justifica a demora da USP, em aderir ao EAD: “Um curso a distância, somente por ser a distância, não pode pecar pela falta de qualidade. Ao contrário, o rigor no planejamento deve ser ainda maior. A tecnologia, quando colocada a serviço do ensino e da pesquisa, só gera dividendos. Mas precisa haver compromisso com os processos, as pessoas e as metodologias”, adverte Gil.

Concebido e implantado no prazo recorde de oito meses, a partir de outubro, o primeiro curso EAD de licenciatura em ciênciac ministrado pela USP mobiliza uma equipe interdisciplinar de 70 pessoas e exigiu o investimento de R\$ 80 milhões. Até o final, serão formados 360 professores do ensino fundamental (6ª à 9ª séries), selecionados num universo de mais de 4 mil candidatos.

A USP tomou gosto: em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, nos próximos dois anos, a universidade vai capacitar 12 mil professores da rede pública, nas disciplinas de biologia, ciências e gestão de instituições de ensino, esse último especialmente dirigido a diretores e coordenadores. Um investimento de R\$ 43 milhões.

Defesa de tese virtual

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) já pratica o que, até pouco tempo atrás, parecia impossível na universidade brasileira superconservadora e desconfiada da

eficácia do modelo EAD: a defesa de tese por sistema totalmente virtual e remoto. “Hoje, com os recursos de teleconferência, já é possível verificar, durante a apresentação da dissertação, até o grau de segurança do candidato, pela nitidez da imagem”, argumenta Philippe Olivier Alexandre Navaux, professor titular do Instituto de Informática. Ele conta que, em meados de 2010, um estudante francês, em visita ao Brasil, apresentou, online, a dissertação de mestrado à banca da UFRGS, tendo o orientador como espectador, na França.

O intercâmbio da UFRGS com universidades do Brasil inteiro e da Europa, em especial Alemanha e Inglaterra, virou rotina, graças ao alcance que a teleconferência dá aos pesquisadores brasileiros e vice-versa. “A cooperação, nos trabalhos de pesquisa ficou superfacilitada”, testemunha o professor Philippe. Na opinião dele, a resistência à modernidade é normal e justificável, enquanto as pessoas não dominam a tecnologia. “Depois que se familiarizam, passam a não mais viver sem ela”, diz ele.

Ele defende que o Brasil aproveite, ao máximo, o know-how que desenvolveu em EAD, até mesmo pelo fato de exibir dimensões continentais, que exigem solução criativa de longo alcance. “Essa é uma forma segura de democratizar e agilizar os processos de formação e capacitação de pessoas, num país que, em ritmo de crescimento, precisará cada vez mais de mão de obra de alta qualidade”, argumenta.

O ministro Fernando Haddad, da Educação, atribui o despertar das universidades a uma série de fatores. Mas coloca em primeiro plano o esforço de união dos próprios docentes e pesquisadores, pra vencer o gap. Um dos projetos que ele costuma citar é o consórcio Cederj (Centro de Educação Superior a Distância), que reúne as seis universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de

Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Estado do Rio (Unirio), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual do Norte Fuminense (UENF) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

O consócio faz parte da Universidade Aberta do Brasil, menina dos olhos dos governos, pelo alcance que revela, na formação universitária, superando as distâncias. O consócio oferece, por ano, cursos de graduação a distância a cerca de 22 mil alunos em 32 polos regionais no Estado do Rio de Janeiro, além de uma grade enorme de cursos de extensão. A Fundação Cecierj instituiu o pré-vestibular social para 8.500 alunos em todo o Estado do Rio de Janeiro.

O professor Mário Neto Borges, presidente do Confap (Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa, as FAPs), defende o fortalecimento das diversas FAPs e a aproximação delas das agências federais de fomento à ciência, tecnologia e inovação. A intenção é melhorar a distribuição dos recursos, que, segundo ele, ainda mal alocados, explicam o fato de a universidade brasileira ir muito bem no que diz respeito a pesquisa científica, mas continuar engatinhando na área da inovação tecnológica aplicada a ela, bem como ao ensino em geral.

“É preciso mudar esse quadro, e isso depende de um maior volume de investimento e de um arcabouço legal favorável”, defendeu o pesquisador durante a 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, realizada em maio. Uma iniciativa que, na opinião de Mário Borges, tem ajudado bastante é o estímulo à interação das universidades, responsáveis por gerar o conhecimento, com as empresas, preocupadas em transferir, o mais rapidamente possível, esse conhecimento para o setor produtivo. “O sucesso

de um país só acontece plenamente quando essas forças trabalham em parceria, segundo o modelo hoje batizado de hélice tríplice (academia-empresa-governo). Somente assim é que os investimentos realizados com recursos públicos poderão retornar para a sociedade na forma de novos produtos, empregos, opções de renda, geração de riqueza e melhoria da qualidade de vida”, resume.

O professor explica que o Confap congrega FAPs de 22 estados mais o Distrito Federal. Basicamente, as FAPs têm a missão de fomentar a ciência, a tecnologia e a inovação nos respectivos estados de origem. Os orçamentos, definidos em constituição pelos governos estaduais, desde 2008, têm valor maior que o do orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para o mesmo período. “Isso já demonstra o poder e a importância das FAPs para o setor científico brasileiro”, conclui o presidente do Confap.



Gil, da USP:
“O modelo que mistura aulas presenciais e remotas nos parece o ideal, sobretudo em áreas específicas do conhecimento.”